Filha sequestrada pela mãe continuará no Brasil devido a decurso de tempo

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça garantiu a uma mãe brasileira o direito à guarda da filha menor, em território nacional, por considerar que a criança já estava inteiramente integrada ao novo meio, desconsiderando o determinado pela Convenção da Haia, que assegura o retorno imediato de crianças ilicitamente transferidas para qualquer Estado contratante ou nele retidas indevidamente. Ação movida pela União pedia a busca e apreensão da menina para que fosse devolvida ao pai, na Argentina.

Pai, mãe e filha moravam na Argentina, mas costumavam passar férias no Brasil. Em uma dessas viagens, o casal se desentendeu e o pai voltou sozinho para casa. Foi quando a mãe decidiu se separar e permanecer no Brasil com a menor, então com dois anos de idade.

Na ação originária, o pedido de devolução foi julgado procedente, mas o recurso de apelação, julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, reformou a sentença. O entendimento foi de que a criança já se encontrava integrada no seu novo meio.

A União entrou com recurso no STJ. Nas alegações, apontou violação aos termos da Convenção da Haia, ratificada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

O ministro Humberto Martins, relator, reconheceu em seu voto a importância da Convenção da Haia como instrumento de combate à transferência ou retenção ilícita de menores. No entanto, acompanhou o entendimento do TRF-1 de que a devolução não seria a melhor solução para a criança.

A decisão do TRF-1 destacou que a própria Convenção da Haia, no artigo 12, excepciona a devolução do menor quando, decorrido o período de um ano da transferência ou retenção indevida, ficar provado que a criança já se encontra integrada no seu novo meio.

No caso, além de a ação ter sido proposta após o prazo de um ano, também foi destacado no acórdão o estudo psicológico que constatou que a menor, hoje com seis anos, se encontra inteiramente integrada ao meio em que vive e que a mudança de domicílio poderá causar prejuízos ao seu desenvolvimento.

Seguindo as considerações do relator, a turma, por unanimidade de votos, não conheceu do recurso especial da União. O processo corre em sigilo judicial. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

Date Created

04/06/2013